



Gelmiros Reis, historiador, lembra-se da criação da cidade



Joaquim Gilberto afiança a palavra de Gelmiros

Memória viva garante: Brazlândia tem 51 anos

AMÂNDIA COELHO

Da Editoria de Cidade

Ao contrário da divulgação oficial do Governo do Distrito Federal, Brazlândia não comemorou 50 anos no dia 5 deste mês, e sim 51. Foi o que a reportagem do **Correio Braziliense** constatou através de depoimentos de dois pioneiros de Luziânia Gelmiros Reis e Joaquim Gilberto — intelectuais lúcidos, apesar da idade avançada, que possuem na memória um acervo histórico que facilmente pode-se definir como uma “pré-história” do Distrito Federal. Esta versão oficial — elaborada ainda no governo de Plínio Catanhede — diz que a segunda cidade-satélite do DF foi criada como distrito em 5 de junho de 1933. No entanto Gelmiros Reis afiança que o ano foi o de 1932.

A Revolução de 30 derrubou Gelmiros do cargo de intendente de Santa Luzia — hoje Luziânia — e em seu lugar tomou posse o tenente Públio de Souza, homem de confiança de Pedro Ludovico, em Goiás. Nesta época Gelmiros conta ter sido perseguido porque defendia a transferência da capital para o Planalto Central. Mas a personalidade “forte e justiceira” do novo intendente prevaleceu acima de interesses políticos. Públio, de acordo com o relato de Gelmiros, “reconheceu o meu esforço para transferi-la”. Dada a situação, ele acrescenta que respondeu a muitos questionários formulados por Públio, que exerceu a função de interventor, sobre sua administração. As respostas foram feitas tendo como base a memória de Gelmiros.

Historiador, jornalista, professor, Gelmiros Reis, hoje completando 90 anos, tem uma memória privilegiada. Ele precisa a data do decreto assinado por Públio e o número — **Decreto-lei Nº 55, de 15 de abril de 1932**. Em 1934, o Distrito de Brazlândia foi instalado nas terras doadas pela família Braz. Posteriormente, em 1938, o Decreto foi extinto pela Lei Estadual Nº 233, de 31 de outubro, por não ter requisitos indispensáveis para ser Distrito. Como prova do ano do Decreto ele relata um acontecimento trágico, acontecido a 20 de abril de 1932.

O Decreto foi criado no dia 15 e as conversações sobre a implantação de Brazlândia ocupavam as pessoas mais influentes e o intendente Públio. Dia 19, numa destas noites, o assunto era abordado baseado em um **croquis** do engenheiro Manoel Gonçalves da Cruz, quando a entrada de Americano do Brasil a enriquece mais e dá a notícia de que temia por sua vida, pois vinha sendo ameaçado freqüentemente. Americano fez então um pedido: caso fosse morto, que dessem seu nome à principal avenida da cidade recém-criada. No dia seguinte Americano, antes das sete horas, foi assassinado e o desejo não foi realizado. Em Brazlândia não existe nenhuma rua com o seu nome, não se sabe a razão.

“O Públio teve inspiração divina ao criar Brazlândia”, garante Gelmiros. Foi um dos passos para a implantação de Brasília, e ele recorda, com muito orgulho, em sua casa modesta, parede rodeada de diplomas eméritos e homenagens, inclusive do GDF, que presenciou o lançamento da pedra fundamental da nova capital, em Planaltina, no dia 7 de setembro de 22. O loteamento de Planaltópolis — hoje a localização exata é o Paranoá — foi feito à população mais carente, gratuitamente, mediante um preço

simbólico de 1:500 réis, a taxa de expediente. “Ai veio Brasília, um poder mais soberano e passou a mão em tudo”.

Do seu arquivo mental Gelmiros Reis — ou Biló, como também é conhecido, apelido posto por um irmão mais velho, termo carinhoso — retira reminiscências imprescindíveis para a reconstituição da pré-história de Brasília e Brazlândia. Deste acervo não poderia passar em branco a lenda da existência de minas de ouro na região entre a cidade-satélite e Luziânia. A lenda fala de um companheiro de Bartolomeu Bueno na primeira entrada dos bandeirantes, chamado Urbano. Os dois se separaram numa briga e Urbano se instalou num sítio explorando o ouro. Tempos depois ele recebeu a visita de um compadre português que desconfiou das minas. Num dia o amigo seguiu Urbano e descobriu-as mas Urbano o assassinou a pauladas.

“Para se ir ao local deve-se procurar a Fazenda Tucum, até onde vai automóvel, para dali seguir a cavalo 30 quilômetros, para alcançar a região dos morros, onde as minas devem estar situadas”, explica Biló, dando o itinerário. Mas ele próprio se intitula “um xoxo”, e por isso não foi atrás das minas. Numa das paredes da sala, um quadro com a árvore genealógica aponta uma prole extensa dos Reis. Um verso, ao lado do desenho da árvore: “Olha para o céu e conta se podes as estrelas. Tua estirpe será ainda mais numerosa”. Neles está expressa a esperança de Biló de um de seus descendentes procurar as minas, “dando valor ao passado”, como ele sonha. Logo a seguir, com a sabedoria da experiência e como observador, tece críticas à juventude: “Eles só pensam no presente, e o nosso presente é **trepidante**”.

Com 22 livros publicados — contos, história de Goiás, artigos publicados — Gelmiros em 1940 fundou a revista **Planalto**, defendendo a transferência da capital, e daí para a frente não parou mais de escrever. Naqueles tempos, a imprensa era basicamente artesanal e jornal até hoje é a sua “cachaça” — “a pessoa se contamina com o cheiro da tinta e nunca mais larga, passa depois para a caduquice”. Seu vocabulário é riquíssimo, a lucidez é constantemente provada por sua enorme sagacidade.

O mergulho no passado lhe proporciona saudosismo, embora se deslumbre com o progresso atual. A vinda do telégrafo, ele conta, foi uma odisséia, assim como a da eletricidade, que veio de Saia Velha e depois de Cachoeira Dourada. “Os tempos de hoje são uma maravilha, mas o progresso propicia os assaltos, os ladrões”, pondera. Do tema extrai uma filosofia “tem seu lado ruim e outro bom. Brasília é o lado bom”. Da implantação do Estado Novo, em 1930, e do interventor Públio, seu amigo, tem uma compreensão especial. Afinal, o decreto implantando o Distrito de Brazlândia foi assinado pelo tenente-intendente.

“Nós dois fomos os ancestrais da idéia da mudança”, asservira Frases como esta, de profundo conteúdo, são faladas a todo momento da entrevista. Ele se preocupa com a ecologia, defende os peixes prisioneiros em lagoas, “que no tempo da seca são exterminados a pauladas por “pescadores”. Ao final da entrevista, indica o arquivo da Prefeitura de Luziânia para provar a existência do decreto de 32, e não 33, como é a história oficial.